

PUBLICIDADE LEGAL

MUNICÍPIO DE ITAPUCA/RS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2024

O Prefeito Municipal de Itapuca/RS TORNA PÚBLICO que se encontra aberto a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que tem por objetivo o **Registro de Preços Para Futuras Aquisições de Óleo Diesel**. As propostas e documentos deverão ser apresentados até às **07h59min do dia 23 de janeiro de 2024, sendo a sessão eletrônica realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, na mesma data, com início às 08h00min, horário de Brasília/DF**. Editais e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, pelo telefone (51) 9.9618.2895, pelos sites www.itapuca.rs.gov.br/licitacoes ou www.portaldecompraspublicas.com.br ou ainda pelo e-mail compras@itapuca.rs.gov.br. Itapuca/RS, 08 de janeiro de 2024. Marcos José Scorsatto – Prefeito Municipal.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- 

agencias@jornaldocomercio.com.br
- 

comercial@jornaldocomercio.com.br
- 

(51) 3213-1333 / 3213-1338
- 

(51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ/ME nº 03.505.185/0001-84 - NIRE 43.300.068.498

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2023

1. **Data, Hora e Local.** Em 01 de dezembro do ano de 2023, às 15:30, na sede social da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A., localizada na cidade de Minas do Leão, estado do Rio Grande do Sul, na BR 290 KM 181, s/n, parte, Coreia, CEP 96755-000, "Companhia". 2. **Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. **Mesa.** Presidente: **Leomyr de Castro Gironi**; e Secretário: **Rafael Holveg Salomoni**. 4. **Ordem do Dia.** (i) a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios a serem apurados em relação ao exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2023 ("**Dividendos 2023**"); (ii) o aumento do capital social da Companhia; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. 5. **Deliberações.** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas e/ou restrições: 5.1. Pela destinação dos Dividendos 2023 à reserva de lucros. 5.2. Aumentar o capital social em R\$ 10.100.798,75 (dez milhões, cem mil, setecentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos), com a criação de 10.100.798 (dez milhões, cem mil, setecentos e noventa e oito) ações, passando o capital social de R\$ 82.123.737,00 (oitenta e dois milhões, cento e vinte e três mil, setecentos e trinta e sete reais) para R\$ 92.224.535,75 (noventa e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 92.224.535 (noventa e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) todas subscritas e integralizadas pela Riograndense Participações S.A. ("Riopar") nesta data, mediante a compensação de créditos decorrentes do "Contrato de Assunção de Dívida" celebrado entre a Companhia e a Riopar em 01 de dezembro de 2023, conforme Boletim de Subscrição constante do Anexo I, de forma que a Cláusula 5ª do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula 5ª - O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 92.224.535,75 (noventa e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos), dividido em 92.224.535 (noventa e dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. (...)**". 5.3. Consolidar o estatuto social da Companhia, nos termos do Anexo II da presente ata. 6. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio. Reaberta a sessão, foi a ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. Minas do Leão/RS, 01 de dezembro de 2023. **Mesa: Leomyr de Castro Gironi** - Presidente, **Rafael Holveg Salomoni** - Secretário. **Acionista presente: RIOGRANDENSE PARTICIPAÇÕES S.A.** Por Leomyr de Castro Gironi e Rafael Holveg Salomoni. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 9698067 em 29/12/2023 e protocolo 234700769 - 12/12/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

<

Continuação

Modalidade	Vencimentos	Taxa média	Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021	
			Circu-lante	Não circu-lante	Circu-lante	Não circu-lante
Capital de giro nacional	Jan/23 a nov/31	14,94% a.a	86.674	135.768	66.464	40.582
Capital de giro exterior	Jan/23 a nov/25	3,31% a.a	14.217	22.167	5.726	6.100
Financiamentos	Jan/23 a nov/34	7,15% a.a	1.846	23.852	1.750	18.456
Total			102.737	181.787	73.940	65.138
			Saldo em 31/12/2022	% sobre o Total	Saldo em 31/12/2021	% sobre o Total
Moeda nacional (BRL)			248.140	87%	127.252	92%
Moeda estrangeira (EUR)			16.535	6%	8.682	6%
Moeda estrangeira (USD)			19.849	7%	3.144	2%
			284.524	100%	139.078	100%

Os empréstimos e financiamentos consolidados apresentaram a seguinte movimentação:

	2022	2021
Em 1º janeiro	139.078	120.104
Empréstimos e financiamentos captados	308.607	206.730
Juros e atualização monetária	27.609	11.681
Variação cambial	1.199	(111)
Empréstimos e financiamentos pagos	(191.969)	(199.326)
Em 31 de dezembro	284.524	139.078

Os empréstimos e financiamentos consolidados apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2022	2021
2022		73.940
2023	102.737	23.965
2024	76.809	14.726
Após 2024	104.978	26.447
	284.524	139.078

Os empréstimos e financiamentos consolidados apresentam as seguintes garantias:

	2022	2021
Avais, alienação fiduciária (imóveis) e duplicatas	142.223	61.682
Avais e direitos creditórios	71.262	23.689
Avais	58.729	37.431
Avais e sementes	12.310	16.276
	284.524	139.078

As Controladas possuem contratos de empréstimos que preveem o cumprimento de cláusulas restritivas covenants financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, data da última medição anual as Controladas atenderam os compromissos contratuais referentes a tais cláusulas. 16. Obrigações sociais e trabalhistas: As obrigações sociais e trabalhistas são compostas por:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Obrigações de reconhecimento mensal	-	2.739
Programa de participação nos resultados	-	2.656
Encargos trabalhistas	-	1.027
Salários a pagar	2	950
Outras obrigações sociais	-	1
Total	2	7.373

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, as Controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus profissionais. O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base nas metas de Ebitda, produção e índices de inadimplência, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculados as metas estabelecidas para cada unidade de produção, setor administrativo e estratégico e para a direção. 17. Adiantamentos de clientes: Os adiantamentos de clientes estão registrados pelos valores efetivamente recebidos e se referem a adiantamentos de produtos e mercadorias a serem faturados.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Adiantamento de clientes	-	4.271
Adiantam. partes relacionadas (Nota 23)	-	10.204
Total	-	14.475

18. Outras obrigações: Estão demonstrados pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC)	-	55.347
Syngenta Tech FIDC	-	24.000
FIDC Agro Citi-Syngenta	-	18.133
FIDC Farm Syngenta Agronegócio I	-	12.598
Corteva Agriscience FIDC	-	2.616
CRA - Certificados de recebíveis do agronegócio	-	30.736
Outras obrigações	-	3.975
Total	-	90.058
Circulante	-	88.092
Não circulante	-	1.966

Fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC): Constituídos sob forma de condomínio fechado e com o objetivo de proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aquisição de ativos financeiros e aplicação de seus patrimônios líquidos preponderantemente na aquisição de direitos creditórios elegíveis, os Fundos têm prazo indeterminado de duração. As aplicações realizadas nos Fundos não contam com garantia das cedentes, da administradora, do custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), porém os Fundos são avaliados por agência de rating especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre, tendo sido a agência Fitch Ratings, contratada pelos Fundos para suas últimas avaliações, e em 30 de setembro de 2022 a agência de rating atribuiu aos Fundos o rating máximo de qualidade AAAsf(bra) (triple A, melhor classificação na escala da Fitch Ratings) para as cotas sênior dos Fundos (exceto para o FIDC Agro Citi-Syngenta, que terá sua primeira avaliação somente em março de 2023). O FIDC Farm Syngenta Agronegócio I, iniciou suas atividades em 13 de setembro de 2019. A administração da carteira do Fundo é realizada pela Oliveira Trust DTVM S.A., e a gestão da carteira do Fundo é realizada pela Farm Investimento e Gestão de Recursos S.A. O FIDC Agro Citi-Syngenta, iniciou suas atividades em 07 de dezembro de 2022. A administração da carteira do Fundo é realizada pela BRL Trust DTVM S.A., e a gestão da carteira do Fundo é realizada pela Integral Investimentos Ltda. O Syngenta Tech I FIDC, iniciou suas atividades em 03 de dezembro de 2021. A administração da carteira do fundo é realizada pelo Banco Daycoval S.A., e a gestão da carteira do Fundo é realizada pela Eco Gestão de Ativos Ltda. O Corteva Agriscience FIDC I, foi constituído em 20 de dezembro de 2019. A administração da carteira do fundo é realizada pela Oliveira Trust DTVM S.A., e a gestão da carteira do Fundo é realizada pela Farm Investimento e Gestão de Recursos S.A. CRA - Certificados de recebíveis do agronegócio: Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados de

negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O saldo dessas transações, registrados em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R\$ 30.736 (trinta milhões setecentos e trinta e seis mil reais) com direitos creditórios em garantia no montante de R\$ 32.647 (trinta e dois milhões seiscentos e quarenta e sete mil reais), apresentados na Nota 5.

19. Receita operacional líquida: Demonstrativo analítico das receitas por natureza:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Receita bruta	-	1.328.514
Vendas de produtos	-	697.011
Vendas de mercadorias	-	612.488
Vendas partes relacionadas (Nota 23)	-	18.298
Prestação de serviços	-	775
Deduções da receita bruta	-	(57.678)
Devoluções de mercadorias e produtos	-	(23.435)
Impostos sobre vendas	-	(24.241)
Receita líquida	-	1.270.838

20. Custos e despesas por função e natureza: Demonstrativo de custos, despesas e receitas por função e natureza conforme CPC 26:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Por função	(104)	(86)
Custo das merc. e produtos vendidos	-	(890.568)
Despesas vendas	-	(236.378)
Despesas administrativas	(104)	(86)
Por natureza	(104)	(86)
Custo dos produtos vendidos	-	(261.818)
Custo das mercadorias vendidas	-	(628.314)
Royalties	-	(167.784)
Despesas com pessoal	(34)	(31)
Comissões de venda	-	(18.154)
Fretes, despachos e armazenagem	-	(16.049)
Perdas estim. em cré. de liq. duvidosa	-	(7.818)
Serviços de terceiros	-	(6.680)
Despesas de depreciação e amortização	-	(4.708)
Outras receitas e despesas	(70)	(55)
Manutenções diversas	-	(3.070)
Despesas comerciais	-	(2.704)
Programa de participação nos resultados	-	(2.657)
Combustíveis e lubrificantes	-	(1.728)
Amortização direito de uso	-	(1.551)
Despesa de provisão para litígios	-	(438)
Baixa de depósitos judiciais	-	(104)
Provisão para perdas em estoques	-	(30)

21. Resultado financeiro: As receitas e despesas financeiras estão compostas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Ganho nas operações de hedge	-	15.104
Descontos obtidos	-	9.219
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	4.160
Outras receitas financeiras	-	4.206
Ajustes valor justo	-	(1.041)
Receitas financeiras	-	36.730
Descontos concedidos e pontualidade	-	(30.381)
Perda nas operações de hedge	-	(25.895)
Juros sobre emprést. e financiamentos	-	(27.609)
Ajustes valor justo	-	-
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro	(1)	(1)

22. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis de forma permanente. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e a contribuição social pela alíquota efetiva nominal está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	-	64.113
Alíquota vigente	-	34%
Expect. de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíq. vig.	-	(21.798)
Reconciliação da alíquota efetiva:	-	-
Subvenção para investimentos	-	29.396
IRPJ/CSLL sobre lucros pagos à conta de res. para inc. fiscais	-	(1.648)
Impostos diferidos de exercícios anteriores (não reconhecidos)	-	(785)
Aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa	-	(6.134)
Outros	-	1.039
Imposto de renda e contribuição social no res. do exercício	-	855
Alíquota efetiva	-	-1%

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 refere-se a:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Prejuízo fiscal diferido (*)	4.917	3.208
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.657	-
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	191	305
Provisão para litígios	149	-
Provisão para perdas estoques	10	-
Diferença de taxas de depreciação	(159)	(46)
Ajuste valor justo	(878)	(2.657)
Outras diferenças temporárias	(4.983)	(1.847)
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.828)	(4.767)
Imposto de renda diferido líquido	(4.198)	(5.804)

(*) Em 31 de dezembro de 2021 a controlada Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda possuía saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 53.123 (cinquenta e três milhões cento e vinte e três mil reais), o valor de R\$ 3.565 (três milhões quinhentos e sessenta e cinco mil reais) já aproveitados para compensação de impostos corrente ao longo do exercício. O saldo remanescente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 49.558 (quarenta e nove milhões quinhentos e cinquenta e oito mil reais) (efeito do IRPJ e CSLL diferido). A Empresa possui expectativa de compensação com

lucros tributáveis futuros, conforme projeções da Empresa e está reconhecido o montante de R\$ 14.461 (quatorze milhões quatrocentos e sessenta e um mil reais) com expectativa de ser utilizado nos próximos 5 anos. 23. Partes relacionadas: As Empresas Controladas pela Companhia, possuem operações de vendas de insumos e compra de sementes dentro das operações normais de suas atividades, realizadas em condições acordadas entre as partes, com a Empresa Sargas Agrícola Ltda e com Efraim Fischmann (sócio).

Balanco patrimonial

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Efraim Fischmann	3.227	10.204	15.762	-
Sargas Agrícola Ltda	-	-	-	1.485
Total	3.227	11.152	15.762	1.485

Demonstração do resultado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Efraim Fischmann	18.239	17.756	8.499	22.560
Sargas Agrícola Ltda	-	1.342	-	-
Total	18.239	19.098	8.499	22.560

Os saldos ativos estão classificados nas rubricas de contas a receber de clientes, e saldos passivos, classificados nas rubricas de fornecedores e de adiantamento de clientes.

24. Provisão para litígios: A Administração, com base em informações de seus assessores legais, possui provisão para litígios em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, classificada no passivo exigível ao longo prazo, conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Provisões trabalhistas	-	64
Provisões cíveis	-	374
Total	-	438

A movimentação consolidada da provisão para contingências e dos depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Provisões trabalhistas	-	64
Provisões cíveis	-	374
Total	-	438

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Provisões constituídas durante o exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Provisões constituídas durante o exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Depósitos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Depósitos efetuados e atualizações

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Baixa de depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Adicionalmente, a controlada Sementes Estrela Comércio Importação e Exportação Ltda foi informada pelos seus advogados da existência de processos de natureza cível e trabalhista com probabilidade de perda possível, avaliados no montante de R\$ 8.098 (oito milhões noventa e oito mil reais) em 31 de dezembro de 2022.

25. Patrimônio líquido: 25.1. Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 11.010 (onze milhões dez mil reais), dividido em 11.010 (onze milhões e dez mil reais) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 25.2. Reserva legal: Está constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, equivalente a 5% do lucro de cada exercício, antes de qualquer destinação e limitado a 20% do capital social, totalizando em R\$ 2.202 (dois milhões, duzentos e dois mil). 25.3. Ajustes de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção ao custo atribuído do ativo imobilizado, deduzido dos impostos diferidos conforme interpretação técnica ICPC 10. 25.4. Reserva de lucros: A reserva de incentivos fiscais está constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, e para atendimento ao disposto do artigo 30 da Lei 12.973/14. Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais conforme descrito na nota 26 e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, e somente poderá ser utilizada para: I) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, ou II) aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 as Controladas constituíram reserva para incentivos fiscais, referente aos benefícios descritos na nota 26, no valor de R\$ 149.583 (cento e quarenta e nove milhões quinhentos e oitenta e três mil reais), e R\$ 95.354 (noventa e cinco milhões trezentos e cinquenta e quatro mil reais) em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022 as Controladas deixaram de constituir reserva para incentivos fiscais no montante de R\$ 186.751 (cento e oitenta e seis milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) R\$ 125.616 (cento e vinte e cinco milhões seiscentos e dezesseis mil reais) em 31 de dezembro de 2021. Conforme facultado pelo artigo 30, § 3º, da Lei 12.973/14, a Empresa deverá constituir a reserva para incentivos fiscais à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. 26. Subvenções Governamentais: As subvenções governamentais recebidas pelas Controladas correspondem a incentivos fiscais estaduais de ICMS. As subvenções estaduais têm a natureza de subvenção para investimento. Incentivos fiscais estaduais: Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: As subvenções governamentais recebidas pelas Controladas correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são considerados para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e que as condições foram devidamente observadas pela Empresa. Em 2020 a Controlada retilcou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2016 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos a recuperar no longo prazo, totalizando R\$ 23.651 (vinte e três milhões seiscentos e cinquenta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 19.588 (dezenove milhões quinhentos e oitenta e oito mil reais) em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado do exercício, foi de R\$ 115.365 (cento e quinze milhões trezentos e sessenta e cinco mil reais) em 2022 e R\$ 19.588 (dezenove milhões quinhentos e oitenta e oito mil reais) em 31 de dezembro de 2021. Conforme determina o artigo 30 da Lei 12.973/14, a Controlada deverá efetuar a constituição de reserva para incentivos fiscais no montante correspondente aos valores subvencionados. O total da subvenção de 2016 a 2022 corresponde a R\$ 336.334 (trezentos e trinta e seis milhões trezentos e trinta e quatro mil reais), sendo que deste valor R\$ 149.583 (cento e quarenta e nove milhões quinhentos e oitenta e três mil reais) já foram subvencionados e o saldo de R\$ 186.751 (cento e oitenta e seis milhões setecentos e cinquenta e um mil reais) são reservas a constituir. Conforme facultado pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, deverá recompor a reserva para incentivos fiscais em exercício futuros. 27. Autorização para a conclusão das demonstrações financeiras a evento subsequente: Em 08 de março de 2023, a administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras da Vega Participações S/A. Até a data da autorização para divulgação não ocorreram eventos relevantes suscetíveis de divulgação. Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras que representam fielmente a situação econômico-financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2022. Porto Alegre (RS), 31 de dezembro de 2022. Efraim Fischmann - Aconista (CPF 293.021.370-15). Luciana Andréia Baldin - Contadora CRC RS 079741/O-7 (CPF 010.056.010-54).

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vega Participações S/A, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vega Participações S/A e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, não sendo considerados assuntos de auditoria isolados. Subvenções governamentais: Conforme descrito na nota explicativa 26, as Controladas são beneficiárias de incentivos fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS e de isenção e redução de base de cálculo do ICMS conforme convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160 de 2017. Esses incentivos reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária. Nesse contexto, consideramos essa uma área de foco de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos, além do próprio processo de apuração desses incentivos fiscais, que demandam controles e critérios para o cumprimento das legislações vigentes. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas em tributos e incluíram, entre outros: o entendimento e testes dos cálculos para apuração dos incentivos fiscais; a análise da documentação suporte preparada pela administração para cumprimento das condições para fruição dos valores decorrentes dos referidos incentivos fiscais; o entendimento da administração, no que tange ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para o reconhecimento dos incentivos fiscais; a verificação da razoabilidade dos valores de incentivo fiscal excluídos da base de cálculo na apuração do imposto de renda e da contribuição social; e a análise das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração das subvenções governamentais das Controladas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos de serem afetadas por fraude ou erro, não expostas a riscos significativos